

# Sumário

---

---

*Nota do autor, xxiii*

## **Parte Geral – Contrato de Sociedade, 1**

- 1 CONTRATO DE SOCIEDADE, 3
  - 1 União de pessoas, 3
  - 2 Elementos contratuais, 4
  - 3 Sociedades simples e empresárias, 8
    - 3.1 Atividade rural, 12
  - 4 Sociedades não personificadas, 13
  - 5 Sociedade em comum, 14
    - 5.1 Prova do contrato, 15
    - 5.2 Patrimônio social, 17
    - 5.3 Responsabilidade dos contratantes, 18
    - 5.4 Instrumento de sociedade em comum, 20
  - 6 Sociedade em conta de participação, 21
    - 6.1 Sócio ostensivo, 23
    - 6.2 Constituição, 26

### 6.3 Término e liquidação, 30

## 2 PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES, 32

- 1 Pessoa jurídica, 32
- 2 Ato constitutivo, 35
- 3 Autorização para o registro, 37
  - 3.1 Negativa de concessão e revogação da autorização, 38
  - 3.2 Sociedade nacional, 40
  - 3.3 Sociedade estrangeira, 42
- 4 Nulidade absoluta ou relativa do registro, 45
- 5 Elementos da existência das pessoas jurídicas, 49
- 6 Sócios, 51
  - 6.1 Sócio ou acionista incapaz, 52
  - 6.2 Sociedade entre cônjuges, 55
- 7 Direitos da personalidade, 58
- 8 Micro e pequena empresa, 60

## 3 CONTRATO SOCIAL, 65

- 1 Sociedades contratuais, 65
- 2 Sociedades de pessoas e sociedades de capital, 67
- 3 Contrato social, 69
  - 3.1 Sócios: identificação e qualificação, 70
  - 3.2 Qualificação da sociedade, 71
    - 3.2.1 Nome empresarial, 71
    - 3.2.2 Objeto social, 73
    - 3.2.3 Sede, 74
    - 3.2.4 Prazo de duração, 76
  - 3.3 Capital, 77
  - 3.4 Quotas, 80
  - 3.5 Realização do capital social, 81
  - 3.6 Administração e representação, 82
  - 3.7 Participação em lucros e perdas, 86
  - 3.8 Responsabilidade subsidiária dos sócios, 88
  - 3.9 Reformabilidade do contrato, 91
  - 3.10 Extinção, 91
- 4 Registro, 92
  - 4.1 Abertura e fechamento da atividade comercial, 93

- 
- 5 Modificações do contrato social, 100
  - 6 Acordo de quotistas, 104
  - 4 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS, 108
    - 1 Relações jurídicas sociais, 108
    - 2 Pessoaalidade, 110
    - 3 Contribuições sociais, 112
      - 3.1 Contribuição em serviço, 114
      - 3.2 Responsabilidade pela transferência de bens e créditos, 115
    - 4 Lucros e perdas, 117
    - 5 *Affectio societatis*, 118
    - 6 Obrigações contratuais, 122
    - 7 Conflitos sociais, 123
  - 5 ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA, 125
    - 1 Administração, 125
    - 2 Administração coletiva, 126
      - 2.1 Anulação de deliberação, 127
      - 2.2 Conflito de interesses, 128
      - 2.3 Atos de administração coletiva, 129
      - 2.4 Administração conjunta, 130
    - 3 Constituição de administrador, 131
    - 4 Atuação do administrador, 135
    - 5 Responsabilidade civil, 138
    - 6 Prestação de contas e fiscalização, 139
    - 7 Término da administração, 141
    - 8 Sociedades de grande porte, 142
      - 8.1 Obrigações escriturais das sociedades de grande porte, 145
  - 6 DISSOLUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DA SOCIEDADE, 148
    - 1 Resolubilidade, 148
    - 2 Morte de sócio, 150
      - 2.1 Morte de cônjuge do sócio ou sua separação, 152
    - 3 Direito de recesso, 154
      - 3.1 Sociedade contratada por prazo determinado, 155
      - 3.2 Sociedade contratada por prazo indeterminado, 157
    - 4 Exclusão do sócio, 158

- 4.1 Incapacidade superveniente, 160
  - 4.2 Falta grave, 161
  - 4.3 Falência do sócio, 162
  - 4.4 Penhora da quota, 163
  - 5 Liquidação de quota, 164
    - 5.1 Responsabilidade residual, 169
    - 5.2 Atos do ex-sócio, 171
  - 6 Dissolução (total) da sociedade, 172
    - 6.1 Hipóteses de dissolução social, 172
    - 6.2 Vencimento do prazo de duração, 172
    - 6.3 Consenso unânime dos sócios, 174
    - 6.4 Deliberação da maioria absoluta, 174
    - 6.5 Unicidade social, 175
    - 6.6 Ilícitude posterior, 176
    - 6.7 Anulação da constituição, 177
    - 6.8 Fim social exaurido ou inexequível, 178
    - 6.9 Nocividade ao interesse público, 179
    - 6.10 Causas contratuais, 180
  - 7 Conversão da empresa em fundação, 181
  - 8 Insolvência ou falência, 183
- 7 LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE, 184
- 1 Procedimentos de dissolução, 184
  - 2 Liquidante, 187
    - 2.1 Deveres e direitos do liquidante, 188
  - 3 Atos de liquidação, 190
    - 3.1 Partilha, 195
    - 3.2 Prestação de contas, 196
    - 3.3 Relações jurídicas remanescentes, 198
  - 4 Liquidação judicial, 199
    - 4.1 Liquidante judicial, 201
    - 4.2 Procedimento, 203
    - 4.3 Partilha judicial, 204
    - 4.4 Prestação de contas, 205
- 8 COLIGAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO, 206
- 1 Eventos jurídicos da personalidade societária, 206

- 2 Sociedades coligadas, 208
  - 2.1 Sociedade controlada, 209
  - 2.2 Sociedade coligada, 210
  - 2.3 Participação societária, 211
  - 2.4 Participação recíproca, 211
- 3 Transformação, 213
- 4 Incorporação societária, 215
- 5 Fusão societária, 220
- 6 Cisão societária, 224
- 7 Justificação, 229
- 8 Protocolo, 231
- 9 Efeitos da metamorfose societária, 232
  - 9.1 Efeitos sobre a coligação societária, 234
  - 9.2 Efeitos sobre terceiros, 235
  - 9.3 Direito de retirada, 237
- 9 DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, 239
  - 1 Atribuição de personalidade jurídica e seus efeitos, 239
  - 2 Mau uso da personalidade jurídica, 241
  - 3 Hipóteses de aplicação, 245
    - 3.1 Dolo e fraude, 245
    - 3.2 Desvio de finalidade, 247
    - 3.3 Confusão patrimonial, 248
    - 3.4 Relações de consumo, 249
      - 3.4.1 Abuso de direito, 250
      - 3.4.2 Excesso de poder, 252
      - 3.4.3 Infração da lei, fato ou ato ilícito, 253
      - 3.4.4 Má administração, 255
      - 3.4.5 Ressarcimento frustrado, 256
    - 3.5 Relações de trabalho, 263
  - 4 Definição da obrigação, 265
  - 5 Precisão do responsabilizado, 266
    - 5.1 Extensão da obrigação sobre sócios, 268
    - 5.2 Extensão da obrigação sobre administrador, 269
    - 5.3 Extensão da obrigação sobre a empresa coligada, 270
    - 5.4 Situações de fato, 272
  - 6 Tutela jurisdicional, 275

- 6.1 Processo de conhecimento, 276
- 6.2 Processo cautelar, 277
- 6.3 Processo de execução, 278
  - 6.3.1 Coisa julgada, 280
- 6.4 Falência ou insolvência, 283
- 7 Prescrição, 285

## **Parte Especial I – Sociedades Contratuais em Espécie, 287**

### **10 SOCIEDADE SIMPLES, 289**

- 1 Elemento caracterizador, 289
- 2 Tipos de sociedade simples, 290
- 3 Ato de constituição, 291
- 4 Relações entre os sócios, 294
- 5 Administração, 296

### **11 SOCIEDADE EM NOME COLETIVO, 298**

- 1 Nome coletivo, 298
- 2 Estrutura, 300
- 3 Obrigações sociais, 301
- 4 Administração, 303
- 5 Penhorabilidade da quota, 305

### **12 SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES, 307**

- 1 Comanditar, 307
- 2 Responsabilidade dos sócios, 309
  - 2.1 Responsabilidade do ex-sócio, 311
  - 2.2 Responsabilidade do comanditário, 313
  - 2.3 Falência ou insolvência, 314
- 3 Contrato social, 315
  - 3.1 Capital social, 316
- 4 Atuação societária, 317
- 5 Morte de sócio, 317
- 6 Unicidade de categorias, 319

### **13 SOCIEDADE LIMITADA: ESTRUTURA, 320**

- 1 Limite de responsabilidade, 320
- 2 Regime jurídico, 322

- 3 Contrato social, 324
  - 4 Quotas, 325
    - 4.1 Integralização, 327
    - 4.2 Indivisibilidade, 328
    - 4.3 Condomínio de quota, 329
    - 4.4 Cessão de quotas, 331
    - 4.5 Usufruto de quota, 334
    - 4.6 Penhor de quota, 335
    - 4.7 Penhora de quota, 336
      - 4.7.1 Remição da quota, 339
  - 5 Sócio remisso, 340
  - 6 Capital social, 342
    - 6.1 Aumento de capital, 343
    - 6.2 Redução de capital, 346
- 14 SOCIEDADE LIMITADA: FUNCIONAMENTO, 350
- 1 Administração, 350
  - 2 Administrador, 351
    - 2.1 Administrador sócio, 352
    - 2.2 Administrador não sócio, 353
    - 2.3 Administração plural, 354
  - 3 Delegação da administração ou gerência, 356
    - 3.1 Constituição do administrador delegado ou gerente, 361
    - 3.2 Responsabilidade pelos atos do administrador delegado, 362
  - 4 Tempo de exercício da administração, 363
    - 4.1 Administração por prazo certo, 364
    - 4.2 Administração por prazo indeterminado, 364
    - 4.3 Renúncia à administração, 366
  - 5 Poderes e deveres do administrador, 367
  - 6 Prestação de contas, 369
    - 6.1 Responsabilidade civil, 372
  - 7 Conselho fiscal, 375
  - 8 Deliberações sociais, 376
    - 8.1 Reunião ou assembléia de sócios, 379
      - 8.1.1 Reunião de sócios, 380
      - 8.1.2 Assembléia de sócios, 380
    - 8.2 Convocação, 384

- 8.3 Participação, 385
- 8.4 Votações, 386
  - 8.4.1 Impedimento, 387
- 8.5 Efeitos das deliberações, 389
- 8.6 Realização virtual, 390
- 8.7 Micro e pequenas empresas, 391
- 9 Dissolução total ou parcial, 393

## **Parte Especial II – Sociedades Institucionais (Estatutárias), 397**

### **15 INTRODUÇÃO ÀS SOCIEDADES POR AÇÕES, 399**

- 1 Sociedade institucional ou estatutária, 399
- 2 Estatuto social, 400
- 3 Objeto social, 401
- 4 Denominação, 402
- 5 Outros elementos qualificadores, 404
- 6 Reforma do estatuto, 405
- 7 Escrituração, 407
- 8 Livros sociais, 408
  - 8.1 Responsabilidade pela escrituração regular, 410
- 9 Publicações, 411

### **16 COMPANHIAS ABERTAS OU FECHADAS, 413**

- 1 Distinção, 413
- 2 Conselho Monetário Nacional, 415
- 3 A Comissão de Valores Mobiliários, 416
  - 3.1 Natureza jurídica e administração, 417
  - 3.2 Competência, 418
  - 3.3 Poderes, 421
    - 3.3.1 Preferência disciplinar educativa, 422
    - 3.3.2 Suspensão do processo, 425
  - 3.4 Sanções disciplinares, 427
  - 3.5 Colaboração internacional, 428
- 4 Negociação no mercado, 429
  - 4.1 Bolsa de Valores e mercado de balcão, 430
- 5 Registro de companhia aberta, 432
  - 5.1 Fechamento do capital, 433



**17 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES, 435**

- 1 Capital social, 435
- 2 Ação, 436
- 3 Espécies, classes e formas, 438
- 4 Ações ordinárias, 439
- 5 Ações preferenciais, 440
  - 5.1 Prioridade na distribuição de dividendos, 442
    - 5.1.1 Proteção aos preferencialistas no mercado aberto, 446
  - 5.2 Limitações, 449
  - 5.3 Dividendos cumulativos, 450
  - 5.4 Poder de veto, 450
  - 5.5 Vantagens políticas, 453
- 6 Ações de fruição (amortização de ações), 454
  - 6.1 Resgate de ações, 455
- 7 Forma das ações, 456
  - 7.1 Ações escriturais, 456
- 8 Modificação do capital social, 458
  - 8.1 Direito de preferência, 461
  - 8.2 Redução do capital social, 464

**18 CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, 467**

- 1 Fundação, 467
- 2 Requisitos preliminares, 468
- 3 Subscrição pública, 470
  - 3.1 Inexatidão de prospectos e informações, 473
  - 3.2 Assembléia geral dos subscritores, 474
  - 3.3 Eleições, 476
- 4 Subscrição particular, 479
- 5 Integralização das ações, 480
  - 5.1 Integralização por incorporação de bens, 481
  - 5.2 Incorporação de imóveis, 484
  - 5.3 Aplicabilidade do procedimento ao aumento de capital, 485
  - 5.4 Acionista remisso, 486
- 6 Registro, 489

**19 TITULARIDADE E NEGOCIABILIDADE DA AÇÃO, 491**

- 1 Cambiaridade, 491

- 2 Emissão de ações, 492
- 3 Certificado de ação, 494
- 4 Custódia de ações fungíveis, 496
- 5 Negociabilidade, 497
  - 5.1 Procuração, 499
  - 5.2 Negociação de ações pela companhia, 501
- 6 Direitos de terceiros sobre a ação, 503
  - 6.1 Penhor de ação, 504
  - 6.2 Alienação fiduciária em garantia, 506
  - 6.3 Usufruto, 507
  - 6.4 Demais cláusulas e ônus, 508

## 20 OUTROS TÍTULOS SOCIETÁRIOS, 510

- 1 Partes beneficiárias, 510
  - 1.1 Emissão de partes beneficiárias, 512
  - 1.2 Conversibilidade em ações, 514
- 2 Debêntures, 515
  - 2.1 Agente fiduciário, 516
  - 2.2 Emissão de debêntures, 518
    - 2.2.1 Emissão em moeda estrangeira e/ou no exterior, 522
  - 2.3 Espécies e formas, 523
  - 2.4 Certificado de debêntures, 526
  - 2.5 Conversibilidade em ações, 527
  - 2.6 Assembléia de debenturistas, 528
  - 2.7 Adimplemento, 529
  - 2.8 Cédula de debêntures, 530
- 3 Bônus de subscrição, 531

## 21 DIREITOS DOS ACIONISTAS, 533

- 1 Tipologia, 533
- 2 Defesa dos direitos, 535
- 3 Voto, 537
- 4 Aquisição do direito de voto pelas ações preferenciais, 538
- 5 Abuso do direito de voto, 540
- 6 Acordo de acionistas, 544
  - 6.1 Execução, 547
  - 6.2 Resolução, 550

- 7 Direito de retirada, 552
  - 7.1 Reembolso, 554
- 8 Exclusão de acionista, 557
  
- 22 ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS, 561**
  - 1 Assembléia geral, 561
    - 1.1 Convocação, 564
    - 1.2 Companhias abertas, 566
    - 1.3 Funcionamento, 567
    - 1.4 Anulação, 570
  - 2 Órgãos de administração, 571
  - 3 Conselho de administração, 573
    - 3.1 Eleição, 574
  - 4 Diretoria, 576
  - 5 Deveres dos administradores, 576
  - 6 Responsabilidade dos administradores, 579
  - 7 Conselho fiscal, 586
    - 7.1 Competência e atuação, 587
    - 7.2 Deveres, 589
  - 8 Órgãos técnicos e consultivos, 590
  - 9 Sociedade em comandita por ações, 591
  
- 23 CONTROLE, COLIGAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE, 592**
  - 1 Controle acionário, 592
    - 1.1 Abuso de controle, 594
  - 2 Sociedade controladora, 597
    - 2.1 Incorporação de companhia controlada, 599
  - 3 Alienação do controle, 600
    - 3.1 Aprovação, 602
  - 4 Oferta pública de aquisição de controle acionário, 604
  - 5 Subsidiária integral, 607
    - 5.1 Desfazimento do controle integral, 610
    - 5.2 Outros eventos societários, 612
  - 6 Coligação e participação, 613
    - 6.1 Responsabilidade específica, 614
  - 7 Grupo de sociedades, 615
  - 8 Consórcio, 620

## 24 RESULTADOS ECONÔMICOS, 622

- 1 Finalidade econômica, 622
- 2 Demonstrações periódicas, 623
- 3 Resultados do exercício, 627
- 4 Lucro e reservas, 629
- 5 Dividendos, 631
  - 5.1 Dividendo obrigatório, 633

## 25 DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO, 635

- 1 Dissolução, 635
- 2 Dissolução de pleno direito, 636
- 3 Dissolução por decisão judicial, 638
- 4 Dissolução por decisão administrativa, 640
- 5 Dissolução parcial, 640
  - 5.1 Quebra da *affectio societatis*, 642
- 6 Liquidação e extinção, 644

## 26 SOCIEDADE COOPERATIVA, 647

- 1 Cooperativismo, 647
- 2 Natureza jurídica, 649
  - 2.1 Características essenciais, 651
  - 2.2 Especialidade, 657
- 3 Constituição, 658
- 4 Admissão, eliminação e exclusão de cooperados, 660
  - 4.1 Concorrência com a cooperativa, 661
- 5 Assembléia geral, 666
- 6 Órgãos da administração, 668
- 7 Fusão, incorporação e desmembramento, 669
- 8 Dissolução e liquidação, 670
  - 8.1 Responsabilidade subsidiária pelo passivo não satisfeito, 672

*Referências*, 675

*Índice remissivo*, 683

# Sumário

---

---

*Nota do autor, 21*

## **Parte Geral – Teoria Geral dos Títulos de Crédito, 25**

### **1 ASPECTOS CONCEITUAIS, 27**

- 1 Crédito, 27
- 2 Título, 29
- 3 Outros títulos, 31
- 4 Cambiabilidade, 34
- 5 Emissão e seus efeitos, 36
- 6 Obrigações representáveis, 39

### **2 ASPECTOS GERAIS, 41**

- 1 Definição legal, 41
- 2 Cartularidade, 42
- 3 Literalidade, 45
- 4 Autonomia, 47
- 5 Independência, 49

- 6 Abstração, 50
- 7 Relativização dos princípios, 51
- 8 Negócios bancários, 55

### 3 REQUISITOS, 58

- 1 Agente capaz, 59
- 2 Objeto lícito, possível e determinável, 61
- 3 Emissão lícita, 63
- 4 Forma prescrita em lei, 66
- 5 Data de emissão, 67
- 6 Data de vencimento, 69
- 7 Precisão dos direitos conferidos, 71
- 8 Assinatura, 74
  - 8.1 Assinatura falsa, 79
  - 8.2 Outras falsidades, 80
- 9 Local, 82
- 10 Emissão eletrônica, 83
- 11 Moeda estrangeira, 85
- 12 Partes em branco, 88
  - 12.1 Extravio da cártula em branco, 90
- 13 Erros e rasuras, 91

### 4 TRANSFERÊNCIA DO TÍTULO, 93

- 1 Aspectos gerais, 93
- 2 Sucessão de direitos, 95
- 3 Analogia à coisa móvel, 97
- 4 Título ao portador, 99
- 5 Título à ordem, 102
- 6 Características do endosso, 105
  - 6.1 Data do endosso, 109
- 7 Seqüência de endossos, 110
- 8 Responsabilidade pelo crédito endossado, 112
- 9 Defesa do devedor, 114
- 10 Endosso-mandato, 118
- 11 Endosso-penhor, 124

- 12 Título nominativo, 129
- 13 Dano, perda, extravio ou desapossamento injusto do título, 130
  - 13.1 Ação de substituição de título de crédito, 131
  - 13.2 Ação de anulação e substituição de título de crédito, 133
  - 13.3 Ação reivindicatória de título de crédito, 136

## 5 AVAL, 138

- 1 Definição, 138
- 2 Distinções da fiança, 141
- 3 Conexão de títulos, 144
- 4 Caracterização do aval, 146
- 5 O avalizado, 153
- 6 Unilateralidade e autonomia do aval, 155
- 7 Limites à autonomia do aval, 158
- 8 Preservação dos interesses de terceiros de boa-fé, 160
- 9 Direito de regresso, 162

## 6 ADIMPLEMENTO E INADIMPLEMENTO, 165

- 1 Pagamento, 165
- 2 Protesto, 168
- 3 Sustação de protesto, 173
- 4 Prescrição, 179

## **Parte Especial – Taxionomia dos Títulos de Crédito, 185**

### 7 LETRA DE CÂMBIO, 187

- 1 Conceito e requisitos, 187
  - 1.1 Denominação *letra*, 188
  - 1.2 Declaração de pagamento certo, 189
  - 1.3 O sacado, 191
  - 1.4 Época do pagamento, 193
    - 1.4.1 Juros, 195
  - 1.5 Lugar do pagamento, 196
  - 1.6 O tomador, 198
  - 1.7 Local e data de emissão, 198

- 1.8 Assinatura do sacador, 199
  - 2 Vias múltiplas e cópias, 201
  - 3 Endosso, 202
    - 3.1 Cadeia de endossos, 207
  - 4 Aceite, 208
    - 4.1 Recusa de aceite, 212
  - 5 Aval, 214
  - 6 Pagamento, 215
    - 6.1 Execução do crédito, 218
  - 7 Intervenção, 219
- 8 NOTA PROMISSÓRIA, 222
- 1 Conceito e requisitos, 222
    - 1.1 Denominação *nota promissória*, 225
    - 1.2 Promessa de pagar quantia determinada, 225
    - 1.3 Época do pagamento, 226
    - 1.4 Lugar de pagamento, 227
    - 1.5 Beneficiário, 228
    - 1.6 Data de emissão, 228
    - 1.7 Lugar de emissão, 229
    - 1.8 Assinatura do subscritor, 229
  - 2 Emissão em branco, 230
  - 3 Autonomia e abstração, 232
  - 4 Regime da letra de câmbio, 235
  - 5 Nota promissória rural, 239
- 9 CHEQUE, 241
- 1 Conceito, 241
  - 2 Conta bancária, 242
    - 2.1 Provisão de fundos, 244
    - 2.2 Talonário de cheques, 246
  - 3 Requisitos do cheque, 248
    - 3.1 Denominação *cheque*, 248
    - 3.2 Ordem de pagar quantia certa, 249
    - 3.3 Indicação do sacado, 250



- 3.4 Lugar de pagamento, 250
- 3.5 Data de emissão, 251
- 3.6 Lugar de emissão, 252
- 3.7 Assinatura do sacador, 253
- 3.8 Alterações, 254
- 4 Tipologia do cheque, 254
  - 4.1 Cheque ao portador, 255
  - 4.2 Cheque à ordem, 256
  - 4.3 Cheque nominativo, 257
  - 4.4 Cheque por conta de terceiro, 257
  - 4.5 Cheque bancário, 258
  - 4.6 Cheque visado, 259
  - 4.7 Cheque cruzado, 260
  - 4.8 Cheque para ser creditado em conta, 262
- 5 Autonomia e independência, 262
- 6 Endosso, 265
  - 6.1 Pagamento de cheque endossado, 269
  - 6.2 Endosso-mandato, 272
  - 6.3 Endosso-recolhimento, 273
- 7 Aval, 274
- 8 Prazo de apresentação, 275
  - 8.1 Cheque pós-datado, 277
  - 8.2 Devolução do cheque, 279
  - 8.3 Acatamento da ordem, 282
- 9 Revogação, sustação e cancelamento, 284
  - 9.1 Contra-ordem ou revogação, 285
  - 9.2 Oposição ou sustação, 287
  - 9.3 Cancelamento da folha de cheque, 288
- 10 Da ação por falta de pagamento, 289
  - 10.1 Prazo para ajuizamento, 292
  - 10.2 Sujeitos passivos, 294
  - 10.3 Exigibilidade do cheque prescrito, 295
  - 10.4 Ação de cobrança, 298
  - 10.5 Correção monetária do cheque prescrito, 300

**10 DUPLICATA, 302**

- 1 Conceito, 302
  - 1.1 Fatura, 303
  - 1.2 Duplicata, 304
  - 1.3 Venda por consignatário ou comissário, 305
  - 1.4 Duplicata de prestação de serviços, 305
    - 1.4.1 Profissionais liberais e prestadores eventuais de serviço, 307
- 2 Requisitos da duplicata, 308
  - 2.1 Denominação, data e número de ordem, 315
    - 2.1.1 Registro de duplicatas, 315
  - 2.2 Número da fatura, 316
  - 2.3 Vencimento, 317
  - 2.4 Qualificação do vendedor e do comprador, 317
  - 2.5 Importância a pagar, 318
    - 2.5.1 Pagamento parcelado, 319
    - 2.5.2 Pagamento contra entrega ou em prazo menor que 30 dias, 319
  - 2.6 Praça de pagamento, 320
  - 2.7 Cláusula à ordem, 320
  - 2.8 Declaração de exatidão, 321
  - 2.9 Assinatura do emitente, 321
  - 2.10 Duplicata simulada, 321
- 3 Remessa e devolução da duplicata, 322
  - 3.1 Recusa de aceite, 323
- 4 Adimplemento, 325
  - 4.1 Pagamento parcial, 327
  - 4.2 Reforma ou prorrogação, 327
  - 4.3 Aval, 328
- 5 Endosso, 329
- 6 Protesto, 330
  - 6.1 Triplicata ou indicação, 331
  - 6.2 Protesto de duplicata simulada, 332
- 7 Execução da duplicata, 336
  - 7.1 Execução de duplicata ou triplicata não devolvida, 338

- 7.2 Correção monetária e juros, 340
- 7.3 Ação ordinária ou monitória, 341
- 7.4 Prescrição, 341
- 8 Duplicata rural, 342
- 9 Duplicata escritural ou eletrônica ou virtual, 344

## 11 CÉDULAS E NOTAS DE CRÉDITO, 348

- 1 Conceito, 348
  - 1.1 Tipologia, 349
  - 1.2 Um contrato, 351
- 2 Requisitos, 353
  - 2.1 Denominação, 354
  - 2.2 Promessa de adimplemento, 355
  - 2.3 Forma de pagamento, 355
  - 2.4 Indicação do credor, 356
  - 2.5 Valor do crédito, 356
  - 2.6 Finalidade do financiamento, 357
    - 2.6.1 Orçamento, 357
  - 2.7 Definição da garantia real, 358
    - 2.7.1 Exceção: as notas de crédito, 359
  - 2.8 Encargos financeiros, 359
    - 2.8.1 Juros remuneratórios, 360
    - 2.8.2 Capitalização dos juros, 361
    - 2.8.3 Verbas moratórias, 362
      - 2.8.3.1 Juros de mora, 362
      - 2.8.3.2 Multa moratória, 363
    - 2.8.4 Correção monetária, 364
  - 2.9 Praça de pagamento, 365
  - 2.10 Data, lugar da emissão e assinatura, 366
  - 2.11 Registro, 367
- 3 Liquidez e certeza, 368
- 4 Garantia real, 369
  - 4.1 Garantia pignoratícia, 370
    - 4.1.1 Entrega dos bens a terceiro, 373
    - 4.1.2 Penhor de veículos, 373

- 4.2 Hipoteca, 374
- 4.3 Alienação fiduciária, 376
  - 4.3.1 Alterações da Lei nº 10.931/04, 377
- 4.4 Depósito, 382
- 4.5 Indenização do bem garantidor, 383
- 4.6 Substituição da garantia, 384
- 4.7 Impenhorabilidade, 385
- 5 Transferência, 387
  - 5.1 Cessão de crédito, 388
- 6 Exigibilidade, 389
  - 6.1 Pagamento, 392
  - 6.2 Execução, 392
- 7 Cédula de crédito bancário, 394
  - 7.1 Liquidez, certeza e exigibilidade, 396
    - 7.1.1 Cobrança indevida, 398
    - 7.1.2 Natureza jurídica do valor cobrado a maior, 400
    - 7.1.3 Declaração, compensação e execução, 400
  - 7.2 Endosso, 402
  - 7.3 Garantias, 405
  - 7.4 Pagamento e inadimplemento, 406
- 12 CONHECIMENTOS, 408
  - 1 Conceito, 408
  - 2 Conhecimento de depósito e *warrant*, 409
    - 2.1 Distinções, 410
    - 2.2 Requisitos, 411
    - 2.3 Transferência, 416
    - 2.4 Adimplemento, 417
    - 2.5 Excussão do *warrant*, 419
    - 2.6 Cooperativas, 420
  - 3 Conhecimento de transporte marítimo, 420
  - 4 Conhecimento de frete original, 423
    - 4.1 Requisitos, 424
    - 4.2 Transferência, 425
    - 4.3 Responsabilidade do transportador, 427
  - 5 Conhecimento de transporte férreo, 428

**13 TÍTULOS DE GARANTIA IMOBILIÁRIA, 431**

- 1 Letra hipotecária, 431
- 2 Letra imobiliária, 432
- 3 Cédula hipotecária, 434
- 4 Letra de crédito imobiliário, 437
  - 4.1 Elementos, 437
  - 4.2 Crédito imobiliário, 440
  - 4.3 Garantia, 442
- 5 Cédula de crédito imobiliário, 445
  - 5.1 Emissão, 448
  - 5.2 Garantias, 451

**14 TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO, 452**

- 1 Certificado de depósito agropecuário e o *warrant* agrário, 452
- 2 Características, 455
- 3 Emissão, 456
- 4 Circulação, 458
- 5 Certificado de direitos creditórios do agronegócio, 459
- 6 Letra de crédito do agronegócio, 461
- 7 Certificado de recebíveis do agronegócio, 463
- 8 Elementos comuns, 464

*Bibliografia*, 465

*Índice remissivo*, 471



# Sumário

---

---

*Nota do autor, xxi*

- 1 INSOLVÊNCIA, 1
  - 1 O risco de empreender, 1
  - 2 Obrigação e solução, 4
  - 3 Princípio geral da solvabilidade jurídica, 6
  - 4 Execução coletiva, 9
  - 5 Histórico, 11
  
- 2 INSOLVÊNCIA EMPRESÁRIA, 15
  - 1 Regime jurídico para a insolvência empresária, 15
    - 1.1 Empresas públicas e sociedades de economia mista, 17
    - 1.2 Instituições financeiras, cooperativas de crédito, consórcios e entidades de previdência complementar, 17
    - 1.3 Sociedades operadoras de plano de assistência à saúde, 19
    - 1.4 Sociedade seguradora e sociedade de capitalização, 21
    - 1.5 Outras entidades legalmente equiparadas às anteriores, 23
    - 1.6 Exploração de serviços aéreos e infraestrutura aeronáutica, 23

- 2 Câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira, 24
  - 3 Competência para processamento, 26
    - 3.1 Principal estabelecimento, 31
  - 4 Participação do Ministério Público, 33
- 3 DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA, 37
- 1 Obrigações exigíveis na recuperação judicial ou na falência, 37
    - 1.1 Obrigações a título gratuito, 39
    - 1.2 Despesas judiciais, 44
      - 1.2.1 Justiça gratuita, 46
    - 1.3 Pensões alimentícias, 47
  - 2 Suspensão da prescrição, 48
  - 3 Suspensão de ações e execuções, 50
    - 3.1 Demandas por quantias ilíquidas, 52
    - 3.2 Reserva de valores, 55
    - 3.3 Suspensão na recuperação judicial, 57
    - 3.4 Execuções fiscais, 58
    - 3.5 Ações sem efeitos patrimoniais econômicos, 60
    - 3.6 Ações ainda não ajuizadas, 61
    - 3.7 Relações jurídicas posteriores, 63
  - 4 Prevenção de jurisdição, 64
  - 5 Desconsideração da personalidade jurídica, 65
- 4 ADMINISTRADOR JUDICIAL, 68
- 1 Auxiliares processuais, 68
  - 2 Idoneidade, 70
  - 3 Preferência por advogado, economista, administrador de empresas ou contador, 72
  - 4 Pessoa jurídica, 73
  - 5 Posse, destituição, substituição e responsabilidade, 75
  - 6 Competência, 77
    - 6.1 Competência comum à falência e recuperação judicial, 78
    - 6.2 Competência específica à recuperação judicial, 86
    - 6.3 Competência específica à falência, 89
  - 7 Remuneração, 102

- 5 MANIFESTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS CREDORES, 105
  - 1 Credores no juízo universal, 105
  - 2 Assembleia geral de credores, 106
    - 2.1 Convocação e instalação, 107
    - 2.2 Participação e assistência, 109
    - 2.3 Direito de voto, 111
    - 2.4 Composição, 115
  - 3 Credores minoritários, majoritários e controladores, 117
  - 4 Comitê de credores, 120
    - 4.1 Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência, 122
    - 4.2 Atribuições específicas à recuperação judicial, 128
  - 5 Disposições comuns ao administrador judicial e ao comitê de credores, 130
  
- 6 VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS, 133
  - 1 Verificação de créditos, 133
  - 2 Habilitação de créditos, 137
  - 3 Impugnação das habilitações, 142
    - 3.1 Processamento, 145
    - 3.2 Recurso, 150
    - 3.3 Habilitações tardias, 153
  - 4 Quadro geral de credores, 157
  - 5 Retificação do quadro geral de credores, 159
    - 5.1 Créditos não reconhecidos por sentença, 159
    - 5.2 Créditos reconhecidos por sentença, 160
  
- 7 INTRODUÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS, 163
  - 1 Preservação da empresa, 163
  - 2 Possibilidade jurídica, 166
  - 3 Legitimidade jurídica, 173
    - 3.1 Legitimidade passiva: créditos e credores alcançados, 175
    - 3.2 Exceções, 181
  - 4 Interesse processual, 184
  
- 8 PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS, 186
  - 1 Petição inicial, 186



- 1.1 Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira, 188
  - 1.2 Demonstrações contábeis, 189
    - 1.2.1 Balanço patrimonial, 189
    - 1.2.2 Demonstração de resultados acumulados, 190
    - 1.2.3 Demonstração do resultado desde o último exercício, 191
    - 1.2.4 Relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção, 191
    - 1.2.5 Documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, 193
    - 1.2.6 Microempresas e empresas de pequeno porte, 195
  - 1.3 Relação nominal de credores, 196
  - 1.4 Relação nominal de empregados, 198
  - 1.5 Documentos do registro no comércio, 199
  - 1.6 Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor, 201
  - 1.7 Extratos de contas bancárias e aplicações financeiras, 205
  - 1.8 Certidões dos cartórios de protestos, 206
  - 1.9 Relação de ações judiciais, 207
  - 2 Processamento do pedido, 208
- 9 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEU PROCESSAMENTO, 213
- 1 Apresentação do plano de recuperação judicial, 213
  - 2 Meios de recuperação judicial da empresa, 215
    - 2.1 Vedações: proteção a trabalhadores e pensionistas, 219
  - 3 Procedimento de recuperação judicial, 222
  - 4 Assembleia geral deliberativa sobre o plano de recuperação, 226
    - 4.1 Deliberação e votação, 228
    - 4.2 Resultados da deliberação, 231
  - 5 Microempresas e empresas de pequeno porte, 233
  - 6 Empresas concessionárias de serviço público, 238
    - 6.1 Parceria público-privada, 240
- 10 REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 243
- 1 Efeitos da recuperação judicial, 243
  - 2 Alienação de estabelecimentos, 247

- 2.1 Desoneração dos ativos alienados judicialmente, 250
- 3 Duração da recuperação judicial, 252
- 4 Condução da atividade empresária, 254
  - 4.1 Condenação penal transitada em julgado, 257
  - 4.2 Indícios veementes de crime previsto na Lei 11.101/05, 258
  - 4.3 Dolo, simulação ou fraude, 259
  - 4.4 Comportamento incompatível, 262
    - 4.4.1 Gastos pessoais manifestamente excessivos, 263
    - 4.4.2 Despesas injustificáveis, 267
    - 4.4.3 Descapitalização injustificada da empresa, 271
    - 4.4.4 Simulação ou omissão de créditos, 272
  - 4.5 Negativa de informações, 273
  - 4.6 Previsão no plano recuperatório, 274
- 5 Gestor judicial, 275
- 6 Convolação da recuperação judicial em falência, 279
- 7 Sentença de encerramento, 280
  
- 11 RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA, 281
  - 1 Extrajudicialidade, 281
  - 2 Requisitos, 283
  - 3 Recuperação extrajudicial ordinária, 284
  - 4 Recuperação extrajudicial extraordinária, 285
    - 4.1 Plano de recuperação extrajudicial extraordinária, 287
  - 5 Homologação, 288
  
- 12 INTRODUÇÃO À FALÊNCIA, 290
  - 1 Disposições gerais, 290
  - 2 Processo falimentar, 292
  - 3 Juízo falimentar, 294
  - 4 Estado falimentar, 297
    - 4.1 Impontualidade, 298
      - 4.1.1 Liquidez, certeza e exigibilidade, 301
      - 4.1.2 Créditos representáveis, 302
      - 4.1.3 Títulos de crédito, 304
      - 4.1.4 Protesto, 307
    - 4.2 Execução frustrada, 310

- 4.3 Atos de falência, 312
  - 4.3.1 Liquidação precipitada de ativos, pagamento ruinoso ou fraudulento, 313
  - 4.3.2 Atos para retardar pagamentos ou fraudar credores, 316
  - 4.3.3 Transferência irregular do estabelecimento, 318
  - 4.3.4 Transferência simulada do estabelecimento, 322
  - 4.3.5 Dação irregular de garantia real, 323
  - 4.3.6 Ausência, abandono do estabelecimento ou ocultação, 324
  - 4.3.7 Desrespeito ao plano de recuperação, 325

### 13 PRETENSÃO E CONTRAPRETENSÃO FALIMENTAR, 327

- 1 Legitimidade para a ação falimentar, 327
  - 1.1 O próprio devedor, 328
  - 1.2 Sucessores *causa mortis*, 329
  - 1.3 Sócio, 330
  - 1.4 Credor, 331
  - 1.5 Liquidante, 333
- 2 Jurisdição falimentar voluntária, 333
- 3 Jurisdição falimentar contenciosa, 339
  - 3.1 Extinção em face de pedido recuperatório, 340
  - 3.2 Depósito elisivo, 344
    - 3.2.1 Elisão pelo pagamento, 346
    - 3.2.2 Elisão pela caução, 347
  - 3.3 Contestação, 349
- 4 Revelia, 355

### 14 INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, 358

- 1 Instrução, 358
- 2 Sentença de procedência, 360
  - 2.1 Termo legal da falência, 362
  - 2.2 Relação nominal de credores, 366
  - 2.3 Diligências para salvaguardar os interesses das partes, 368
  - 2.4 Registro da falência, 371
  - 2.5 Continuação provisória das atividades e lacração dos estabelecimentos, 372
- 3 Falência dos sócios com responsabilidade ilimitada, 375

- 4 Falência do espólio, 376
  - 5 Sentença de improcedência e abuso no pedido, 377
  - 6 Recursos, 380
  - 7 Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilização civil, 383
    - 7.1 Indisponibilidade de bens, 386
- 15 EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS PESSOAS, 388
- 1 Afastamento da atividade, 388
    - 1.1 Empresário e administradores, 389
    - 1.2 Sócios, 391
  - 2 Inabilitação do falido, 393
    - 2.1 Efeitos e alcance da inabilitação, 397
  - 3 Deveres do falido, 399
    - 3.1 Assinar o termo de comparecimento, 400
      - 3.1.1 Causas determinantes da falência, 401
      - 3.1.2 Sócios, administradores e atos constitutivos, 403
      - 3.1.3 Contador, 404
      - 3.1.4 Mandatos, 405
      - 3.1.5 Bens fora do estabelecimento, participação em outras sociedades e contas bancárias, 406
    - 3.2 Depositar livros obrigatórios, 408
    - 3.3 Não se ausentar, 409
    - 3.4 Comparecer aos atos da falência, 411
    - 3.5 Entregar bens e documentos, 412
    - 3.6 Prestar informações, 416
    - 3.7 Auxiliar o administrador judicial, 419
    - 3.8 Examinar habilitações de crédito, 421
    - 3.9 Assistir a atos escriturais, 422
    - 3.10 Manifestar-se, quando determinado, 423
    - 3.11 Apresentar relação de credores, 424
    - 3.12 Examinar contas do administrador judicial, 425
- 16 EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES, 427
- 1 Uniformização das obrigações, 427
    - 1.1 Vencimento antecipado das dívidas, 428
    - 1.2 Conversão monetária, 431

- 1.3 Juros, 432
  - 1.3.1 Juros em obrigações com garantia real, 433
- 2 Contratos, 434
  - 2.1 Contratos bilaterais, 434
  - 2.2 Resolutividade contratada, 438
  - 2.3 Interpelação pela contraparte, 440
  - 2.4 Indenização e liquidação, 442
  - 2.5 Contratos unilaterais, 443
- 3 Compra e venda, 443
  - 3.1 Falência do vendedor, 444
  - 3.2 Falência do comprador, 446
  - 3.3 Venda com reserva de domínio, 447
  - 3.4 Venda a termo de bens cotados em bolsa ou mercado, 449
  - 3.5 Promessa de compra e venda de bens imóveis, 450
- 4 Locação, 454
  - 4.1 Locação contratada após a falência, 456
- 5 Acordo para compensação e liquidação de obrigações, 457
- 6 Mandato, 458
  - 6.1 Prestação de contas, 460
- 7 Contas correntes, 462
- 8 Obrigações compensáveis, 464
- 9 Concessão de serviço público, 467
  - 9.1 Parcerias público-privadas, 471
- 17 ARRECADAÇÃO, 472
  - 1 Arrecadação, avaliação e custódia de bens e documentos, 472
    - 1.1 Lacre do estabelecimento, 475
  - 2 Arrecadação de bens, 476
    - 2.1 Bens constritos, 478
    - 2.2 Condomínio, 480
    - 2.3 Participações societárias, 483
    - 2.4 Relações jurídicas controversas, 485
    - 2.5 Expressividade econômica e comercialidade, 488
    - 2.6 Patrimônio de afetação, 488
    - 2.7 Outras relações patrimoniais, 490

- 3 Arrecadação de documentos, 491
  - 3.1 Limites, 494
- 4 Avaliação, 495
  - 4.1 Auto de arrecadação, inventário e laudo de avaliação, 497
- 5 Custódia de bens e documentos, 498
  - 5.1 Venda antecipada de bens, 499
  - 5.2 Aluguel, cessão e outros contratos com bens arrecadados, 501
  
- 18 RESTITUIÇÃO, INEFICÁCIA, REVOGAÇÃO E EMBARGOS, 503
  - 1 Ações incidentais, 503
  - 2 Restituição de bens, 504
    - 2.1 Coisa vendida a crédito, 504
    - 2.2 Continuidade provisória da empresa, 506
  - 3 Restituição em dinheiro, 507
    - 3.1 Inexistência da coisa ao tempo da restituição, 508
    - 3.2 Contrato de câmbio, 510
    - 3.3 Valores adiantados em contratos revogados ou ineficazes, 513
    - 3.4 Contribuições previdenciárias, 514
    - 3.5 Depósitos bancários, 516
  - 4 Ação de restituição, 521
  - 5 Embargos de terceiro, 523
  - 6 Ineficácia e revogação de atos anteriores à falência, 524
  - 7 Declaração de ineficácia, 525
    - 7.1 Pagamento antecipado de obrigações, 527
    - 7.2 Pagamento alternativo de obrigações, 529
    - 7.3 Constituição de direito real de garantia, 531
    - 7.4 Atos a título gratuito, 533
    - 7.5 Renúncia à herança ou a legado, 534
    - 7.6 Trespasse de estabelecimento, 535
    - 7.7 Registro ou averbação imobiliários após a falência, 537
    - 7.8 Reembolso de ações, 539
  - 8 Ação revocatória, 540
  - 9 Aspectos comuns à ineficácia e à revogação, 542
  
- 19 CRÉDITOS NA FALÊNCIA, 545
  - 1 Verificação e habilitação, 545

- 2 Classificação dos créditos, 548
  - 2.1 Créditos trabalhistas e acidentários, 550
    - 2.1.1 Pensionamentos, 553
    - 2.1.2 Honorários advocatícios contratados, 556
    - 2.1.3 Honorários advocatícios de sucumbência, 559
    - 2.1.4 Outras situações análogas ao crédito trabalhista, 561
  - 2.2 Créditos com garantia real, 562
    - 2.2.1 Créditos trabalhistas com garantia real, 565
  - 2.3 Créditos tributários, 567
  - 2.4 Créditos com privilégio especial, 569
  - 2.5 Créditos com privilégio geral, 571
  - 2.6 Créditos quirografários, 572
  - 2.7 Multas e penas pecuniárias, 573
  - 2.8 Créditos subordinados, 574
  - 2.9 Juros vencidos após a decretação, 575
  - 2.10 Falido, 575
- 3 Créditos extraconcursais, 575

## 20 REALIZAÇÃO DO ATIVO, PAGAMENTO DOS CREDORES E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA, 579

- 1 Realização do ativo, 579
- 2 Formas de realização do ativo, 581
  - 2.1 Escolha da forma de alienação, 587
  - 2.2 Efeitos da alienação dos ativos, 589
- 3 Modalidades de realização do ativo, 593
  - 3.1 Modalidades alternativas, 595
  - 3.2 Sociedade de propósito específico, 596
- 4 Pagamentos, 597
  - 4.1 Pagamentos antecipados, 599
  - 4.2 Demais pagamentos, 601
- 5 Encerramento da falência, 603
- 6 Extinção das obrigações do falido, 604

*Referências bibliográficas, 609*

*Índice remissivo, 615*